Revista Iluminart

http://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart

Comunicação não violenta: uma prática de prevenção e intervenção para o *bullying* no contexto da Educação Profissional e Tecnológica

Nonviolent communication: a practice of prevention and intervention against bullying in the context of Professional and Technological Education

Eva C. Francisco [1], Gilmara J. Burin [2]

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – Campus Avaré
[2] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – Campus Sertãozinho

DOI: 10.47734/iluminart.v25.01.p-17

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar a aplicabilidade da Comunicação Não Violenta (CNV) como prática educativa para a prevenção e intervenção do *bullying* no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Considerando que a falta de habilidades comunicativas eficazes e a incapacidade de resolver conflitos contribuem para a perpetuação do *bullying*, busca-se demonstrar o impacto da CNV no desenvolvimento de ferramentas comunicativas e na promoção da resolução pacífica de conflitos entre os estudantes. A pesquisa-ação foi adotada como metodologia principal deste estudo com o objetivo de transformar a prática educativa e criar um ambiente escolar mais saudável. A Análise de Conteúdo de Bardin (2021) foi empregada para aprofundar a compreensão dos dados, permitindo uma análise detalhada do impacto da CNV.
Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Comunicação Não Violenta; *Bullying*.

ABSTRACT

This study aims to investigate the applicability of Nonviolent Communication (NVC) as an educational practice for the prevention and intervention of bullying within the context of Professional and Technological Education. Considering that the lack of effective communication skills and the inability to resolve conflicts contribute to the perpetuation of bullying, this research seeks to demonstrate the impact of NVC on the development of communicative competencies and the promotion of peaceful conflict resolution among students. Action research was adopted as the main methodological approach, with the purpose of transforming educational practices and fostering a healthier school environment. Bardin's Content Analysis (2021) was employed to deepen the understanding of the data, allowing for a detailed analysis of the impact of NVC.
Keywords: Professional and Technological Education; Nonviolent Communication; Bullying.

1. Introdução

De acordo com a Lei nº 13.185, em vigor desde 2015, o *bullying* é classificado como intimidação sistemática, caracterizada por violência física ou psicológica, manifestada em atos de humilhação ou discriminação. Essa definição também abrange ataques físicos, insultos, ameaças, comentários depreciativos e apelidos pejorativos, entre outras formas de agressão.

Em muitos casos, as vítimas sentem-se envergonhadas ou inseguras para denunciar tais situações, o que pode resultar em danos emocionais significativos, como ansiedade, baixa autoestima e depressão, além de interferir diretamente no desempenho acadêmico. Os agressores, por sua vez, frequentemente ocultam suas próprias fragilidades ao reproduzirem tais comportamentos (Fante, 2005).

À luz dessa problemática e considerando sua extensão nas instituições de ensino, dados empíricos reforçam a urgência de enfrentamento da questão em âmbito nacional. Tal constatação se deve ao fato de que o estudo internacional *Education at a Glance* (EaG), realizado em Paris no ano de 2022, revelou dados alarmantes sobre a incidência de *bullying* no Brasil. Entre os 40 países analisados, o Brasil destacou-se negativamente, figurando entre aqueles com as maiores taxas de intimidação escolar. É importante destacar que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é o órgão responsável por enviar os dados educacionais do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que coordena o estudo EAG e supervisiona a publicação de seus resultados.

Os dados revelados por essa pesquisa apontam um panorama preocupante, ou seja, cerca de 17,5% dos estudantes brasileiros relataram ter sido vítimas de *bullying* ao menos algumas vezes por mês. Tal dado posiciona o país de forma desfavorável no cenário internacional e evidencia a urgência de ações eficazes para combater essa grave problemática nas instituições de ensino.

Frente a esse cenário, torna-se evidente a necessidade de abordar a intimidação sistemática de maneira abrangente e estratégica, por meio de medidas preventivas e interventivas que garantam a segurança e o bem-estar dos alunos. Sob essa perspectiva, a educação omnilateral, que visa ao desenvolvimento integral do indivíduo, mostra-se essencial para a construção de uma sociedade mais justa e tolerante. Portanto, combater o *bullying* é um passo fundamental para assegurar uma educação de qualidade em um ambiente escolar livre de violência e opressão.

Considerando esses aspectos, destaca-se a Comunicação Não Violenta como uma prática educativa eficaz para prevenir e enfrentar esse problema. Desenvolvida por Rosenberg (2006), essa abordagem propõe uma comunicação empática e autêntica, orientada para a resolução pacífica de conflitos entre indivíduos e para o fortalecimento de vínculos sociais saudáveis.

À vista disso, surge a indagação central que orienta a presente investigação: de que maneira a aplicação da Comunicação Não Violenta pode contribuir para a redução do *bullying* no contexto da Educação Profissional e Tecnológica? Tal questionamento ganha relevância ao se considerar que a ausência de habilidades comunicativas eficazes e de estratégias de resolução de conflitos favorece a perpetuação de comportamentos agressivos no ambiente escolar. Dessa forma, parte-se da hipótese de que a CNV, quando incorporada como prática pedagógica, possui potencial para desenvolver ferramentas comunicativas que promovam a mediação pacífica de conflitos, contribuindo para a diminuição da violência entre pares.

Além disso, a implementação da CNV contribui diretamente para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais nos estudantes, permitindo-lhes expressar suas necessidades de forma clara e assertiva, sem recorrer à violência ou à agressividade. Essa forma de comunicação é essencial tanto para a resolução de conflitos quanto para a construção de um ambiente escolar mais colaborativo e respeitoso.

Cumpre salientar que a CNV também estimula a empatia, ao incentivar os alunos a se colocarem no lugar do outro, compreendendo diferentes perspectivas e sentimentos. Essa habilidade favorece relações mais justas e compassivas e fortalece a cultura da inclusão, aspectos fundamentais para a prevenção do *bullying* no cotidiano escolar.

De forma complementar, a Comunicação Não Violenta promove uma reflexão crítica sobre padrões de comportamento nocivos, como o uso de uma linguagem alienante, pautada em julgamentos, rótulos e críticas destrutivas. Para Rosenberg (2006), comunicações baseadas em tais padrões podem gerar danos tanto ao interlocutor quanto ao próprio emissor, comprometendo a qualidade das relações interpessoais e o bem-estar coletivo.

Dessa maneira, ao evidenciar a importância de estratégias comunicativas assertivas, este estudo busca contribuir com a discussão sobre a prevenção do *bullying* no ambiente educacional, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica, que tem como um de seus pilares a formação integral do sujeito. Acredita-se que a adoção da CNV, nesse contexto, possa favorecer o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, promovendo ambientes mais seguros, empáticos e respeitosos.

Por fim, este artigo apresenta um estudo preliminar, resultante de uma dissertação de mestrado em andamento, que investiga o potencial da Comunicação Não Violenta como ferramenta de prevenção e intervenção frente ao *bullying* no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

No que diz respeito à estrutura do artigo, este está dividido em cinco seções que contemplam os elementos essenciais da investigação proposta. Primeiramente, apresenta-se a introdução, na qual se delimita a questão norteadora do estudo. Em seguida, expõe-se o referencial teórico que fundamenta as ideias aqui defendidas, com destaque para as inter-relações entre o fenômeno do *bullying* e a Comunicação Não Violenta como estratégia de desenvolvimento de habilidades comunicativas. Posteriormente, detalha-se a metodologia utilizada, incluindo os procedimentos de coleta e análise de dados. A quarta seção é dedicada à apresentação e discussão dos resultados obtidos. Por fim, a última seção realiza uma análise crítica dos achados, buscando compreendê-los à luz do contexto investigado.

2. Referencial teórico

Este artigo se baseia em dois conceitos principais: *bullying,* suas características, causas e consequências e a Comunicação Não Violenta, utilizada como ferramenta no auxílio do desenvolvimento de habilidades comunicativas eficazes como estratégia de resolução de conflitos que contribuam para a redução do *bullying* no contexto da EPT.

2.1 Ensino médio integrado e formação humana integral

A educação no Brasil, ao longo de sua história, carrega consigo uma complexidade marcada pela dualidade social e educacional. A trajetória educacional do país reflete uma realidade na qual a classe dominante impõe à classe subalterna uma educação funcionalista, adaptada às necessidades do capital. Segundo Frigotto (2010), o sistema educacional reproduz a escola dual, uma estrutura que busca formar cidadãos submissos e adaptados aos interesses do mercado, reforçando a alienação e a heteronomia dos indivíduos.

Nesse contexto, a formação humana integral é mais do que uma resposta à falta de qualidade do ensino público; configura-se como uma busca pela humanização do ser humano, em um processo que visa não apenas preparar indivíduos para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade. Conforme apontado por Araújo e Frigotto (2015), essa abordagem busca desenvolver o pensamento crítico, a criatividade e a autonomia intelectual e política, integrando diferentes áreas do conhecimento e capacitando os alunos a compreenderem criticamente a realidade. Ainda nesse viés, Ramos (2010) complementa que a formação integrada deve ir além das práticas do ensino profissionalizante, abordando também a formação humana no sentido mais amplo. Isso implica reconhecer a importância de compreender e transformar a realidade, não apenas como profissionais, mas como cidadãos conscientes e ativos.

Adorno (2003) enfatiza que a desbarbarização[1] tornou-se a questão mais urgente da educação na sociedade contemporânea. Em um mundo no qual os valores humanos são frequentemente subjugados pelo capital, a formação integrada surge como uma resposta, uma

[1] Desbarbarização: Fazer perder a qualidade de bárbaro; civilizar.

tentativa de impedir o retorno da barbárie. Ela não apenas promove a emancipação dos indivíduos, mas também os capacita a resistir à agressividade primitiva e ao ódio que permeiam a sociedade moderna.

A busca por uma educação que transcenda o mero acúmulo de informações e abrace a formação integral do ser humano é um clamor cada vez mais presente em nossa sociedade. Em um mundo cada vez mais desumanizado, a necessidade de desenvolver indivíduos completos em todas as suas dimensões, surge como uma esperança para um futuro mais justo e equilibrado.

Ao falarmos em formação integral, o que buscamos é a construção de um ser completo, um indivíduo que apresente um desenvolvimento pleno em todos os seus aspectos: físico, intelectual, emocional, social e espiritual. Essa visão holística reconhece que o ser humano é um ser multifacetado e que o desenvolvimento de cada uma dessas dimensões é interdependente e essencial para o seu bem-estar.

Nesse sentido, para que o ser humano se torne completo, é fundamental que a sua construção social seja parte integrante do seu processo formativo. Essa construção social se dá através da interação com o outro, com a sociedade e com o mundo ao seu redor. É através dessa interação que o indivíduo desenvolve suas habilidades sociais, aprende a colaborar, a se comunicar e a se relacionar com o outro de forma respeitosa e empática.

2.2 *Bullying*, um fenômeno complexo e multifacetado

Embora a intimidação sistemática seja um tema amplamente pesquisado internacionalmente, há mais de 40 anos, no Brasil, sua investigação só ganhou destaque a partir da década de 1990, como apontam Pigozi e Machado (2015). Essa tardia abordagem de um problema tão sério gerou um cenário em que as pesquisas ainda se concentram em aspectos básicos do *bullying,* como sua definição, características e fatores associados.

Historicamente, comportamentos que hoje são reconhecidos como formas de intimidação eram, até pouco tempo, minimizados como simples brincadeiras sem intenção de causar danos. No entanto, tais práticas têm se revelado profundamente destrutivas, pois instauram a violência no ambiente escolar e comprometem a função educativa da escola, contribuindo para a desconstrução de seu propósito fundamental (Ferreira e Tavares, 2009).

Dentro desse cenário, merece destaque o Ensino Médio, uma etapa crucial na trajetória de diversos estudantes, que marca a transição entre a infância e a vida adulta. Nesse período, os adolescentes enfrentam uma série de transformações físicas, emocionais e sociais, tornando-se, portanto, mais suscetíveis aos impactos negativos do *bullying*.

Reforçando essa compreensão, Fante (2005) aponta que o *bullying* é uma das formas de violência que mais cresce no mundo e que à primeira vista, aparentemente, pode começar apenas como um apelido inofensivo pode afetar o físico e o emocional da vítima.

Nessa mesma direção, Constantini (2004, p. 62) considera que esse fenômeno não se trata de conflitos normais da idade, mas de atos de intimidação, ameaças que, intencionalmente, são impostas aos indivíduos mais vulneráveis, causando sofrimento psicológico, isolamento social e marginalização.

O *bullying* se manifesta por meio de ações sutis e veladas, que muitas vezes são confundidas com brincadeiras entre alunos. Essa visão equivocada a respeito dos comportamentos propositalmente nocivos pode levar a família, os profissionais da educação e demais áreas a banalizar essas práticas e as consequências advindas delas.

Logo, aceitar essa situação, acreditando tratar-se apenas de uma forma de interação entre pares, pode resultar em intervenções pouco eficazes e, consequentemente, agravar o quadro de violência e seus impactos. Por isso, é importante destacar a diferença entre brincadeira e *bullying*, como bem exemplificam Fante e Pedra (2008):

> As brincadeiras acontecem de maneira natural entre as pessoas. Elas brincam, "zoam", colocam apelidos umas nas outras, dão risadas e se divertem. Porém, quando essas brincadeiras ganham requintes de crueldade, de perversidade, de "segundas intenções" e extrapolam os limites suportáveis […], quando uns poucos se divertem à custa de outros, que sofrem, não se trata de mais de simples brincadeira e sim de um ato de violência. (Fante e Pedra, 2008, p. 38)

As reflexões dos autores revelam que certos comportamentos, muitas vezes naturalizados no ambiente escolar, podem ultrapassar os limites do respeito e transformar-se em formas veladas de agressão. Evidencia-se, assim, que, ao ultrapassar os limites do aceitável e causar sofrimento à vítima, esse tipo de violência disfarçada de brincadeira deixa de ser algo inofensivo, passando a demandar atenção e intervenção imediata. O que, à primeira vista, pode parecer apenas uma "zoação" ou uma forma de interação entre pares, frequentemente encobre atitudes cruéis, perversas e carregadas de segundas intenções, ferindo emocionalmente aqueles que se tornam alvo dessas práticas. Nesse contexto, é fundamental reconhecer que a naturalização desse tipo de conduta contribui para a banalização de atos violentos mascarados de brincadeira.

Diante desse cenário, a crescente preocupação mundial com o *bullying*, especialmente no ambiente escolar, impulsionou a realização de pesquisas e a criação de estratégias de enfrentamento. Entre os estudiosos que se destacaram neste campo, merece destaque o professor de psicologia Dan Olweus, da Universidade de Bergen, na Noruega. Considerado o precursor das investigações sobre o tema em contextos educacionais, Olweus desenvolveu, ainda em 1978, um programa de intervenção inovador, motivado por uma série de suicídios de adolescentes vítimas dessa forma de violência em seu país.

Sua abordagem pioneira reconhece o *bullying* como um problema sério e sistêmico que afeta não apenas os estudantes diretamente envolvidos, sejam agressores ou vítimas, mas também compromete a saúde relacional de toda a comunidade escolar. O programa se baseia em princípios como respeito mútuo, empatia e responsabilidade, destacando ainda a importância da participação ativa dos pais, professores e demais membros da comunidade no processo de prevenção e combate a esse problema.

À semelhança de iniciativas internacionais consolidadas, como o Programa de Olweus, o Brasil avançou significativamente no enfrentamento ao *bullying* com a promulgação da Lei nº 13.185, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática. A referida legislação entrou em vigor em fevereiro de 2016, estabelecendo medidas voltadas à prevenção, diagnóstico, conscientização e combate a todas as formas de violência em ambientes educacionais, clubes e agremiações recreativas, com ênfase especial na intimidação sistemática.

Com o intuito de reforçar esta lei, em 2018 foi aprovada a Lei 13.663 focando, principalmente, na atuação das escolas. Além das ações preventivas e de combate à intimidação sistemática no âmbito dos espaços escolares, ela institui o dever das instituições de ensino de promover a cultura da paz. Além de assegurar o direito de firmar convênios e estabelecer parcerias, as leis supracitadas também preveem a responsabilização dos estabelecimentos de ensino em caso de omissão.

Dando continuidade e ampliando esse arcabouço legal voltado à proteção de crianças e adolescentes, foi sancionada em 12 de janeiro de 2024 a Lei 14.811/2024, que representa um marco histórico na luta contra a violência em ambientes educacionais e similares. Recentemente em sua publicação, essa nova legislação complementa as medidas já existentes, ao estabelecer um conjunto mais abrangente de ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência, assegurando a proteção e o bem-estar dos jovens em contextos de aprendizagem e convívio social. O parágrafo único do art. 2º estabelece que, para os efeitos da lei, serão consideradas violência contra a criança e ao adolescente as formas previstas na Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática *(bullying*);

na Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e na Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, que, entre outras medidas, cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e ao adolescente.

Dessa forma, a nova lei, por meio de seu art. 6º, altera o Código Penal, tipificando os crimes de "intimidação sistemática (*bullying)"* e "intimidação sistemática virtual (*cyberbullying*)" no art. 146-A, com penas proporcionais às condutas. Para a intimidação sistemática, a pena é de multa (se a conduta não constituir crime mais grave) e, para a intimidação sistemática virtual, a pena é de reclusão de dois a quatro anos e multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

Nesse sentido, a tipificação do *bullying* e *cyberbullying* no Código Penal envia um sinal claro de intolerância a essas práticas. As vítimas, muitas vezes silenciadas pelo medo e pela insegurança, agora têm amparo legal para buscar justiça e proteção. Além disso, a lei também serve como um aviso aos agressores, que não poderão mais se esconder atrás da impunidade. As penas estabelecidas demonstram que o *bullying* e *cyberbullying* não serão mais tolerados, e que seus autores serão responsabilizados por seus atos.

2.3 Os protagonistas do *bullying*: vítimas, agressores e testemunhas

O fenômeno do *bullying* nas escolas envolve diversos atores, cada um desempenhando papéis distintos e complexos no contexto social e psicológico. Olweus (1978), pioneiro nos estudos sobre *bullying*, categoriza os participantes em três grupos principais: vítimas, agressores e testemunhas.

As vítimas, muitas vezes, enfrentam um ciclo devastador de intimidação, que pode levar a sérias consequências emocionais e físicas. Existem três categorias dentro desse grupo. Primeiro, as vítimas típicas, geralmente ansiosas e inseguras, sofrem intensamente. Elas se tornam alvos devido a características como sensibilidade, passividade e baixa autoestima (Fante, 2005). Em alguns casos, as vítimas típicas internalizam o *bullying,* desenvolvendo distúrbios alimentares e autoimagem negativa (Silva e Borges, 2018).

Por outro lado, as vítimas provocadoras instigam emoções negativas em outros, combinando ansiedade com comportamento agressivo. Elas podem ser hiperativas e, quando provocadas, reagem de maneira ofensiva, mas ineficaz. Estas vítimas, muitas vezes, se encontram em um estado de descontrole emocional constante, desencadeando um ciclo de hostilidade (Olweus, 1978).

Ademais, existem as vítimas agressoras, que, ao sofrerem *bullying,* buscam outras vítimas mais vulneráveis para descontar as agressões que receberam. Este comportamento cria um ciclo vicioso, transformando o *bullying* em uma epidemia global de ameaça à saúde pública (Silva e Borges, 2018).

Outrossim, os três tipos de vítimas revelam uma característica comum: a inabilidade para comunicar seu sofrimento e pedir ajuda. De acordo com Felizardo (2017, p. 57) "o ponto principal contra o *bullying* está no poder de romper o silêncio".

Os agressores, por outro lado, são os perpetradores diretos do *bullying*. Estes indivíduos demonstram impulsividade, tendências dominadoras e frequentemente possuem uma constituição física robusta. Eles, muitas vezes, vêm de famílias desestruturadas e exibem falta de empatia, comportamentos antissociais e dificuldades em seguir regras (Fante, 2005).

Segundo Felizardo (2017, p. 54), o agressor de *bullying* geralmente espera que os colegas atendam a todas as solicitações feitas por ele e sente prazer em humilhar. Essa atitude é recompensada – de forma material, social e psicológica – pelo resultado de sua ação. Em outras palavras, ele busca satisfazer sua necessidade de aceitação humilhando, subjugando e tentando provar que tem poder sobre os outros. Assim, ele se sente no controle da situação e

fortalecido, repetindo padrões aprendidos com seus adultos de referência que satisfazem suas necessidades dessa forma.

A busca por poder e controle pode ser explicada por diversos fatores, como a necessidade de compensar sentimento de insegurança ou baixa autoestima. O agressor, que provavelmente não se sente amado ou valorizado em casa, busca reconhecimento e validação através da dominação e do medo. Ele aprende que a humilhação e o *bullying* são formas de se sentir superior e obter atenção, mesmo que negativa. Em outras palavras, a carência de uma educação socioemocional por parte de seus cuidadores baseada em empatia o impede de oferecê-la aos outros, perpetuando o ciclo do *bullying.*

Enquanto isso, as testemunhas, que representam a maioria dos estudantes, desempenham um papel crucial no combate ao *bullying*. Ristum (2001) destaca que as testemunhas podem ser passivas, ativas ou neutras. As testemunhas passivas permanecem em silêncio, temendo tornarem-se alvos ou acreditando que o *bullying* não afetará suas vidas cotidianas. As testemunhas ativas podem agir como aprovadores, reforçando o comportamento dos agressores, ou como auxiliares das vítimas. Em contrapartida, as testemunhas neutras permanecem indiferentes, como se estivessem emocionalmente anestesiadas, muitas vezes vindo de lares onde a violência é comum (Silva e Borges, 2018).

Os atores sociais do *bullying* agem motivados pela vontade de atender suas necessidades de diversas naturezas, sobretudo as emocionais. Rosenberg acredita que "Por trás de mensagens intimidadoras, estão simplesmente pessoas pedindo para satisfazerem suas necessidades" (Rosenberg, 2006, p. 144). Logo, o *bullying* surge como um pedido de ajuda ineficiente e violento.

Neste conjunto de circunstâncias, é essencial oferecer ferramentas aos envolvidos no *bullying*, tanto agressores quanto alvos, para que expressem seus sentimentos e façam pedidos concretos. O empoderamento por meio da palavra consciente e empática cria um espaço para a escuta e acolhimento das necessidades dos próprios envolvidos e dos outros. Sob o mesmo ponto de vista, é importante destacar o papel das testemunhas do *bullying* nesse processo, uma vez que elas também podem ser impactadas negativamente pelo evento e precisam de apoio para lidar com suas emoções. Portanto, oferecer ferramentas para que as testemunhas expressem seus sentimentos e necessidades é fundamental para a construção de um ambiente escolar mais seguro e acolhedor.

Assim como no ambiente escolar, onde as testemunhas de *bullying* se sentem incapazes de intervir por medo de serem as próximas vítimas, no ambiente profissional, aqueles que presenciam situações de violência também passam por ansiedade e dores agudas. Marques (2019) observa que essa experiência pode gerar traumas psicológicos, levando a sentimentos de impotência, culpa e medo. Diante do exposto, atestamos a incontestável relevância em tratar sobre *bullying*, bem como o vislumbrar de ações de intervenção para combatê-lo e preveni-lo.

2.4 CNV alinhada a elementos da Educação Profissional e Tecnológica

Marshall Bertram Rosenberg (1934-2015), psicólogo e mediador norte-americano, foi o criador do termo "Comunicação Não Violenta". Sua infância marcada por experiências de *bullying* o impulsionou a investigar as raízes da agressão humana. Seu trabalho pioneiro na área da CNV baseia-se em técnicas profundas de comunicação que visam estabelecer conexões empáticas, independentemente de diferenças culturais ou sociais.

Segundo Rosenberg (2006), o objetivo do uso da CNV não é mudar as pessoas e seu comportamento para conseguir o que se deseja, mas sim, estabelecer relacionamentos baseados em honestidade e empatia, que resultarão em atender as necessidades de todos.

Para aprofundar essa ideia, o autor destaca que:

> Comunicação Não Violenta nos ajuda a nos ligarmos uns aos outros e a nós mesmos, possibilitando que nossa compaixão natural floresça. Ela nos guia no processo de reformular a maneira pela qual nos expressamos e escutamos uns aos outros, mediante a concentração em quatro áreas: o que observamos, o que sentimos, do que necessitamos, e o que pedimos para enriquecer nossa vida. A CNV promove maior profundidade no escutar, fomenta o respeito e a empatia e provoca o desejo mútuo de nos entregarmos de coração. Algumas pessoas usam a CNV para responder compassivamente a si mesmas; outras, para estabelecer maior profundidade em suas relações pessoais; e outras, ainda, para gerar relacionamentos eficazes no trabalho ou na política. No mundo inteiro, utiliza-se a CNV para mediar disputas e conflitos em todos os níveis. (Rosenberg, 2006, p. 127)

Para que a Comunicação Não Violenta ocorra, Rosenberg (2006) explica que é preciso que os praticantes se concentrem em quatro componentes, que devem ser expressos de forma clara. O primeiro elemento é a "Observação", em que é necessário observar o que realmente está acontecendo em determinada situação. O psicólogo sugere questionar se a mensagem que está sendo recebida, seja por meio de fala ou de ações, tem algo a acrescentar de forma positiva. O segredo é fazer essa observação sem criar um juízo de valor, apenas compreender o que se gosta ou não, a partir do que está acontecendo e do que o outro faz.

Ainda nessa perspectiva, o mediador chama atenção para os julgamentos moralizantes que as pessoas fazem umas das outras e como essa ação bloqueia a compaixão e a empatia:

> Estou convicto de que todas essas análises de outros seres humanos são expressões trágicas de nossos próprios valores e necessidades. São trágicas porque quando expressamos nossos valores e necessidades de tal forma, reforçamos a postura defensiva e a resistência a eles nas próprias pessoas, cujos comportamentos nos interessam. (Rosenberg, 2006, p.39)

Dessa forma, os julgamentos que recaem sobre o agressor reforçam a sua ação por não encorajarem a reflexão, uma vez que quem é julgado já assume uma postura defensiva e resistente. A mesma coisa acontece com o alvo do *bullying,* que, já fragilizado emocionalmente, toma para si os julgamentos feitos sobre ele.

O segundo componente da Comunicação Não Violenta é a expressão dos Sentimentos. Expressar os sentimentos significa também expressar a vulnerabilidade, o que há de mais frágil e humano. Os agressores são ágeis em perceber as vulnerabilidades dos alvos e tocá-los nesse ponto, tornando essa expressão um grande desafio. Segundo Rosenberg (2006), os sentimentos são aquilo que está vivo nas pessoas e estão diretamente conectados com as necessidades:

> Sentimentos podem ser usados de uma forma destrutiva se insinuarmos que os comportamentos das outras pessoas são a causa de nossos sentimentos. A causa de nossos sentimentos são nossas necessidades e não o comportamento dos outros. (Rosenberg, 2019, p. 49)

A partir da compreensão de qual sentimento foi despertado, reconheceremos o terceiro componente: "Necessidade". O idealizador da CNV ressalta que, quando expressamos nossas necessidades, aumentamos as chances de que elas sejam atendidas. A frase "eu agi assim porque ele me faz ficar nervoso" é frequentemente utilizada em situações de *bullying.* Essa afirmação, porém, revela uma carência importante: a compreensão das próprias necessidades, limites e possibilidades de ação. Assim, ao reconhecermos nossas necessidades e as do outro, abrimos caminho para a empatia e a colaboração. Essa mudança de perspectiva nos permite superar a lógica do *bullying* e construir relações mais positivas e saudáveis. Logo, a consciência desses três componentes é fruto de uma análise pessoal clara e honesta.

O Pedido, quarto e último elemento da Comunicação Não Violenta (CNV), é um passo fundamental para a resolução de conflitos e a construção de relações saudáveis. Para Rosenberg (2006) pedir é comunicar ao outro quais ações farão a nossa vida melhor. Assim, através de uma solicitação específica e focada em ações concretas, expressamos à outra pessoa aquilo de que precisamos para melhorar a situação. Todavia, para o agressor, pedir pode ser desafiador, pois rompe com a lógica de controle e dominação, dessa forma é importante reconhecer essa dificuldade e oferecer um ambiente seguro para que ele possa expressar suas necessidades. Já para o alvo, pedir pode ser interpretado como um sinal de fraqueza, logo é essencial fortalecer sua autoestima e ajudá-lo a reconhecer seu valor e poder.

Na mediação de conflitos, a formulação de um pedido concreto é o ápice da empatia e do diálogo construtivo. Esse momento é fundamental, pois permite que as partes envolvidas se conectem profundamente, abram-se para escutar as necessidades e desejos um do outro e, juntos, encontrem soluções que beneficiem a todos.

Diante do exposto, a Comunicação Não Violenta é uma abordagem que busca superar a comunicação violenta ou comunicação alienante da vida, caracterizada por críticas, julgamentos, acusações e rotulações (Rosenberg, 2006, p. 34). Em vez disso, essa abordagem promove a escuta empática, o reconhecimento das emoções e necessidades de todos os envolvidos, assim como a busca por soluções que beneficiem a todos. Assim, percebemos as possibilidades que podem ser construídas dentro do espaço escolar, sobretudo, dentro da sala de aula, ao se fazer uso da CNV para ajudar a construir atitudes para a paz e também no que diz respeito às relações neste lugar.

Os educadores podem ensinar aos alunos habilidades de comunicação que lhes permitam expressar suas necessidades e sentimentos de forma não violenta, construindo pontes de entendimento entre colegas (Garcia, 2016). Essas habilidades são importantes, uma vez que, em situações surgidas dentro de sala de aula, como brigas e conflitos, é comum apresentarmos um descontrole emocional e acabarmos comparando, classificando ou mesmo julgando as pessoas envolvidas, o que resulta em gerar ainda mais um ambiente violento. Por consequência, a necessidade de que alguém seja responsabilizado pelo ocorrido ou pelo problema logo aparece.

Nessa perspectiva, a CNV nos convida a mudar a lógica: observando, entendendo as necessidades de cada parte. Em vez de reagir com agressividade ou silêncio, os envolvidos no processo educacional podem aprender a expressar suas emoções, ouvir atentamente e construir soluções colaborativas. Ademais, a prática constante da CNV promove a autoconsciência e fortalece a capacidade de empatia, habilidades essenciais para criar um ambiente escolar acolhedor (Rosenberg, 2006).

Nesse mesmo viés, Martinot e Fiedler (2016) afirmam que a CNV pode ser considerada uma ferramenta que proporciona ao ser humano a oportunidade de construir relações pautadas na confiança, seja em relações familiares, profissionais ou sociais.

Ao reconhecer a importância de conciliar as próprias necessidades com as dos demais, desloca-se o foco da atenção dos erros individuais, próprios ou alheios, para a identificação e o acolhimento de demandas comuns. Esse redirecionamento favorece a construção de uma comunicação pautada na empatia, na cooperação, na criatividade e na confiança mútua, permitindo a expressão de emoções de forma não agressiva. Nesse contexto, a Comunicação Não Violenta configura-se como uma abordagem metodológica relevante para a formação integral do sujeito, em consonância com os pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica, ao incentivar práticas relacionais mais éticas e humanizadas.

Ademais, sua incorporação no contexto educacional contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais, como escuta ativa, empatia e expressão autêntica de sentimentos e necessidades. Tais competências favorecem a construção de vínculos interpessoais mais saudáveis, a mediação pacífica de conflitos e a redução de comportamentos

violentos, como o *bullying* no ambiente escolar. Dessa forma, ao consolidarem essas habilidades, os estudantes da EPT tornam-se mais preparados tanto para o mundo do trabalho quanto para a vida em sociedade, pois passam a estabelecer relações mais equilibradas, atuar de forma colaborativa, enfrentar conflitos de maneira construtiva e exercer uma cidadania ativa, crítica e participativa.

3. Metodologia

Para atingir os objetivos deste trabalho, adotamos a pesquisa-ação como abordagem mais adequada, considerando seu potencial de interatividade e transformação da realidade investigada. Essa abordagem, empregada neste artigo, caracteriza-se pelo caráter participativo e colaborativo, no qual pesquisadores e participantes se engajam ativamente na investigação e na busca de soluções para problemas reais.

Thiollent define a Pesquisa-ação como:

> [...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.
> (Thiollent, 2011, p.20)

Alinhada a essa perspectiva, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. O delineamento do estudo combinou a pesquisa-ação com a análise documental e bibliográfica, fundamentadas na leitura e análise de referenciais teóricos, documentos normativos e legislações pertinentes ao tema abordado.

A análise documental mostrou-se fundamental, pois possibilitou a compreensão do arcabouço legal e institucional que orienta o enfrentamento do *bullying* no contexto educacional. Dessa forma, permitiu situar a pesquisa no âmbito das políticas públicas e das diretrizes vigentes.

Por sua vez, a pesquisa bibliográfica constituiu-se como etapa inicial e estruturante do estudo, ao fornecer o embasamento teórico dos conceitos centrais da investigação, como *bullying*, Comunicação Não Violenta, cultura de paz e metodologias participativas. A partir da revisão de autores das áreas da educação, psicologia e ciências sociais, foi possível construir um referencial teórico consistente, que orientou tanto a análise dos dados quanto a elaboração do Produto Educacional.

Nesse sentido, a oficina pedagógica foi concebida como uma proposta de intervenção no ambiente escolar, voltada ao desenvolvimento de habilidades comunicativas e à promoção da resolução pacífica de conflitos. Assim, teoria e prática foram articuladas de forma coerente, permitindo que o conhecimento produzido se materializasse em uma ação educativa concreta.

A partir dessa base, a pesquisa-ação foi implementada com uma turma do 1º ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Administração da ETEC Prof. Alcídio de Souza Prado, em Orlândia (SP). A oficina, utilizada como principal instrumento da intervenção, foi estruturada de modo a favorecer a participação ativa dos alunos, organizando-se em momentos complementares.

Inicialmente, aplicou-se um questionário de diagnóstico com o objetivo de identificar o nível de conhecimento dos estudantes acerca do *bullying* e da Comunicação Não Violenta, bem como levantar suas percepções e experiências prévias relacionadas ao tema. Essa abordagem inicial possibilitou uma compreensão mais ampla e aprofundada do contexto da turma, permitindo, assim, o redirecionamento das ações pedagógicas de forma mais eficaz às necessidades identificadas.

Na sequência, foram realizadas simulações práticas de situações de *bullying*, elaboradas pela aplicadora da oficina. Essa fase buscou proporcionar aos alunos a vivência de diferentes

contextos relacionais, nos quais pudessem refletir e praticar a aplicação da CNV. Assim, os participantes tiveram a oportunidade de colocar em prática, exercitar e aprimorar habilidades fundamentais, como comunicação assertiva, escuta ativa, empatia e resolução de conflitos. Por fim, houve a aplicação do questionário de reação e a condução de uma discussão em grupo. Esse momento final foi essencial para que os estudantes refletissem a respeito de suas experiências ao longo da oficina, consolidassem os aprendizados adquiridos e se sentissem motivados a aplicar os princípios da CNV em seu cotidiano escolar. Dessa forma, a atividade contribuiu para o enfrentamento do *bullying* e para a construção de um ambiente mais seguro, inclusivo e respeitoso na escola.

4- Análise dos dados

Considerando a riqueza dos dados coletados, utilizamos a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin (2021), como metodologia para atender aos objetivos do estudo.

A autora define Análise de Conteúdo como:

> [...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2021, p. 121)

Esta metodologia prevê três fases fundamentais, quais sejam: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação (Bardin, 2021, p. 121). A pré-análise, "é a fase de organização propriamente dita" (Ibidem, p. 121), ela consiste na organização do corpus da pesquisa. A autora aponta que neste momento da pesquisa é realizada a leitura flutuante dos documentos a serem analisados, a formulação de hipóteses e objetivos, a elaboração de indicadores e a preparação do material a ser investigado. O corpus desta pesquisa é formado pelas representações dos estudantes realizadas durante a aplicação dos exercícios práticos de CNV e pelas respostas dos questionários semiestruturados. A partir da análise do corpus da pesquisa foram sistematizadas as seguintes hipóteses e objetivos:

Tabela 1 - Hipóteses e objetivos a partir da análise do corpus da pesquisa

Hipóteses	Objetivos
A dificuldade em se comunicar de forma aberta, honesta e empática contribui para a ocorrência do bullying, pois impede a resolução pacífica de conflitos e a construção de relacionamentos saudáveis entre os alunos, criando um ambiente propício à perpetuação de comportamentos agressivos e excludentes.	Auxiliar no desenvolvimento de habilidades comunicativas eficazes por meio da prática da Comunicação Não Violenta, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais empático e colaborando para a redução da violência e do *bullying.*
Ações educativas abrangentes a respeito do *bullying*, que engajam e sensibilizam os estudantes, configuram-se como ferramentas essenciais para a prevenção da violência no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.	Aprimorar a compreensão dos estudantes sobre as causas e consequências do bullying, cujos efeitos se prolongam além do período escolar e alcançam a vida adulta, constitui passo essencial na elaboração de estratégias eficazes de prevenção e enfrentamento dessa forma de violência.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A segunda fase, ou exploração do material, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (Bardin, 2021, p. 127). Trata-se de realizar uma análise criteriosa do *corpus* de pesquisa, buscando garantir sua significância e validade. Nesta fase de descrição analítica, foram

estabelecidas as categorias de análise, sistematizadas as unidades de registro e as unidades de contexto, sendo, portanto, os indicadores das ideias inferidas, embasadas nos referenciais teóricos adotados no estudo. As unidades de registro em forma de palavras-chave não obedeceram, necessariamente, a uma frequência de aparição, considerou-se a relevância conforme o tema da pesquisa.

Essas etapas são fundamentais para uma análise aprofundada e coerente dos dados coletados, permitindo a obtenção de resultados confiáveis e a interpretação dos fenômenos estudados, conforme quadro abaixo:

Tabela 2 - Categorias de análise e unidades de registro (palavras-chave)

Categoria	Unidades de Registro
Bullying, um fenômeno complexo e multifacetado	Agressão
	Ansiedade
	Intimidação
	Insegurança
	Impotência
Práticas Educativas de Prevenção e Intervenção ao *bullying*	Respeito às diferenças
	Acolhimento
	Conscientização
	Apoio às vítimas
	Lei antibullying
	Esclarecimento
Desenvolvimento de habilidades comunicativas eficazes entre os estudantes	Escuta ativa
	Respeito
	Empoderamento
	Empatia
	Superação
	Comunicação assertiva

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para garantir a fidedignidade da análise, foram consideradas as respostas de 36 alunos, dentre os 40 estudantes regularmente matriculados na turma participante. É importante destacar que um aluno não participou de nenhuma etapa da atividade e três estudantes não devolveram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o que resultou na exclusão de suas respostas do corpus analisado.

Nesse sentido, como se trata de uma pesquisa envolvendo seres humanos, a investigação foi submetida à apreciação ética e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP)[2], conforme parecer indicado na nota de rodapé.

A seguir, apresentaremos a análise de algumas respostas em formato de gráfico. Essa escolha visa facilitar a visualização dos resultados e a comparação.

[2] CEP: 75002123.6.0000.5473.

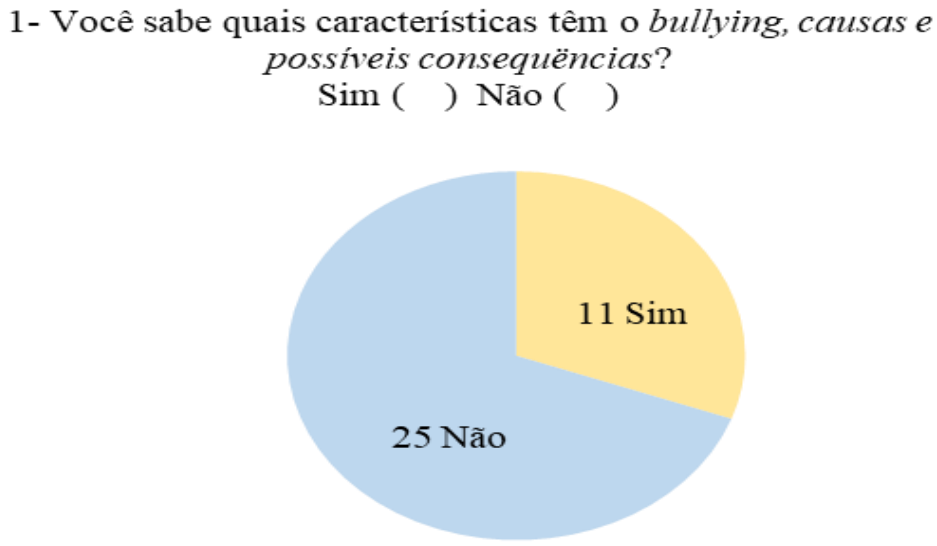


Gráfico 1- Conhecimento dos participantes em relação ao *bullying,* suas características, causas e possíveis consequências. Fonte: Elaborado pelas autoras

O Gráfico 1 apresenta dados referentes ao conhecimento dos participantes em relação ao *bullying*, considerando suas características, causas e possíveis consequências. De modo geral, observa-se uma compreensão parcial do fenômeno, o que evidencia diferenças significativas entre os respondentes.

A análise indica que, embora 11 participantes consigam identificar adequadamente o *bullying* e seus principais elementos, 25 ainda desconhecem aspectos relevantes dessa forma de violência. Em especial, muitos não reconhecem seu caráter repetitivo e sistemático, o que os leva a confundi-lo com conflitos pontuais. Como consequência, essa compreensão limitada pode resultar na subestimação dos impactos do *bullying* na vida das vítimas, bem como na minimização da necessidade de intervenções adequadas.

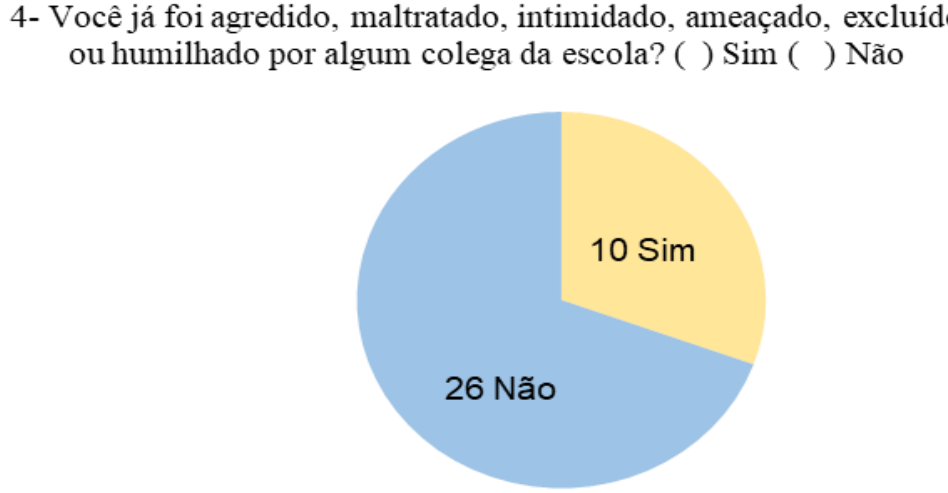


Gráfico 2: Participantes que já foram vítimas de *bullying*. Fonte: As autoras

O gráfico 2 revela que 10 dos 36 participantes da pesquisa já foram vítimas de *bullying*, o que evidencia que esse fenômeno constitui um problema concreto e recorrente no contexto escolar, demandando a implementação de medidas eficazes de prevenção e intervenção.

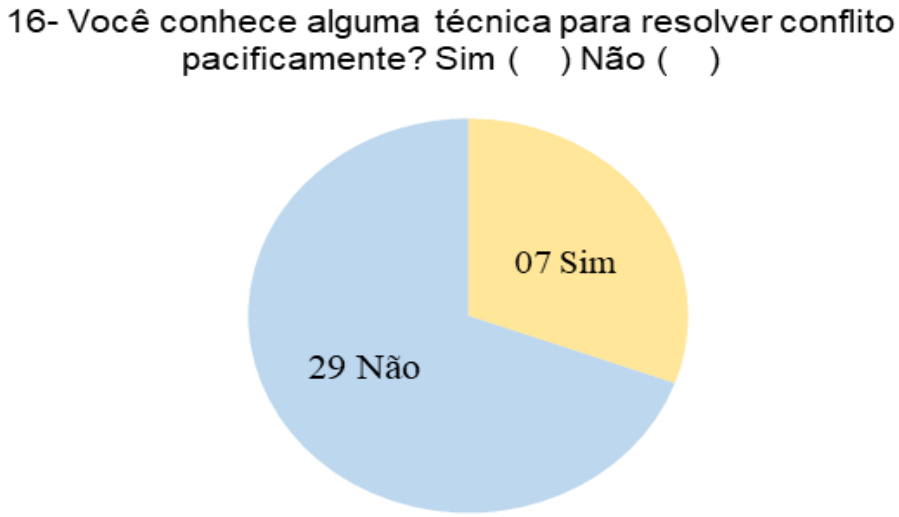


Gráfico 3: Conhecimento dos participantes acerca de técnicas de resolução de conflitos . Fonte: Elaborado pelas autoras

Apesar de apenas 07 participantes da pesquisa afirmarem conhecer técnicas de resolução de conflitos, 29 participantes demonstraram não possuir esse conhecimento, conforme representado no Gráfico 3. Esses dados evidenciam uma lacuna significativa no acesso à educação para a resolução pacífica de conflitos, apontando para a urgência de iniciativas formativas nesse campo. Logo, promover o ensino de estratégias de mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar contribui para o fortalecimento do diálogo, da empatia e do respeito mútuo, reduzindo comportamentos violentos e episódios de intimidação, além de favorecer uma cultura de paz no contexto educacional.

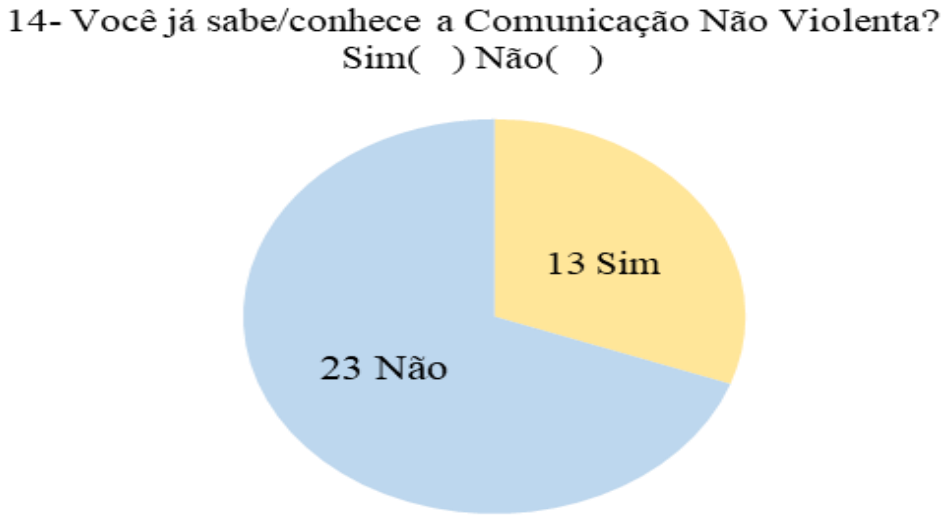


Gráfico 4: Conhecimento dos participantes a respeito da Comunicação Não Violenta. Fonte: Elaborado pelas autoras

O gráfico 4 demonstra que 23 participantes já ouviram falar a respeito da CNV, já 13 participantes não conhecem ou não ouviram falar sobre o assunto. Esse resultado torna-se um ponto de partida para o nosso objetivo principal de pesquisa: apresentar o potencial da CNV e como ela pode ser aplicada no ambiente escolar para promover a comunicação eficaz, a empatia e a resolução de conflitos de forma pacífica, contribuindo com a redução do *bullying.*

5. Considerações finais

Apesar das limitações impostas pelo formato de artigo, os resultados desta pesquisa revelam um panorama preocupante, pois o *bullying* persiste como uma realidade presente nos espaços escolares, incluindo a Educação Profissional e Tecnológica. Ademais, esse problema muitas vezes permanece oculto, em grande parte pela insuficiência de conhecimento acerca do tema e pela ausência de habilidades comunicativas eficazes necessárias para identificá-lo, preveni-lo e enfrentá-lo adequadamente.

Ressaltamos que, considerando os dados parciais da análise, a fim de não ultrapassar os limites deste trabalho, esses resultados serão ampliados no decorrer da dissertação conforme mencionado.

Dessa forma, constatamos que uma quantidade considerável dos participantes desconhece as características do *bullying* e suas graves consequências. Logo, a desinformação sobre o tema é um problema grave que precisa ser combatido com urgência.

Outro ponto importante revelado é que a raiz de muitos conflitos escolares reside na falta de habilidades comunicativas eficazes. Essa carência impede que os envolvidos expressem suas necessidades, sentimentos e pensamentos de forma clara e assertiva, levando a uma série de consequências negativas, como a agressão e o *bullying.*

No tocante à oficina de CNV, sua realização proporcionou aos participantes uma vivência singular, potencialmente impactante nas suas habilidades de comunicação e nas suas relações interpessoais. Através dos exercícios práticos de CNV, os alunos puderam experimentar uma comunicação mais autêntica, empática e respeitosa, abrindo caminho para a construção de relacionamentos mais saudáveis, tendo por propósito a redução das situações de *bullying*.

Em suma, a experiência da Comunicação Não Violenta transcende o desenvolvimento de habilidades comunicativas eficazes. Ela contribui no processo de formação de sujeitos críticos, reflexivos e emancipados, como prevê a Educação Profissional e Tecnológica.

Nesse sentido, ao aprenderem a se comunicar de forma autêntica, empática e respeitosa, os participantes estão potencialmente preparados para atuarem no mundo de forma ética e responsável, fortalecendo a construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

Reiteramos que estes resultados serão ampliados e aprofundados no decorrer da dissertação em andamento, oferecendo uma análise mais completa e contextualizada da prática da Comunicação Não Violenta como ferramenta promissora de prevenção e intervenção ao *bullying* no contexto da EPT.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ARAUJO, R. M. de L; FRIGOTTO, G. Práticas Pedagógicas e ensino integrado. Revista Educação em Questão. Natal, v.52, n.38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956 Acesso em: 05 ago. 2023.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Education at a Glance* 2022: indicadores da educação no Brasil. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/publicado-o-education-at-a-glance-2022. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 08 nov. 2023.
BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 28 set. 2023.
BRASIL. Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm. Acesso em: 25 set. 2023.
BRASIL. Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022. Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e ao adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14344.htm. Acesso em: 28 set. 2023.
BRASIL. Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024. Dispõe sobre medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares e altera a legislação correlata. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm. Acesso em: 12 maio 2024.
CONSTANTINI, A. Bullying: como combatê-lo? São Paulo: Itália Nova, 2004.
FANTE, C. Fenômeno bullying. Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Versus, 2005.
FANTE, C.; PEDRA, J. A. Bullying escolar, perguntas e respostas. Porto Alegre: Artmed. 2008.
FERREIRA, J. M.; TAVARES, H. M. Bullying no ambiente escolar. Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, nº 2, p. 187-197, 2009.
FELIZARDO, A.R. Bullying escolar: prevenção, intervenção e resolução com princípios da justiça restaurativa. Curitiba: Intersaberes, 2017.
FRIGOTTO et. al.: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas. In: Produção de conhecimentos sobre Ensino Médio Integrado Colóquio Produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas, 2010. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: EPSJV, 2014. p. 11-18.
GARCIA, J. Habilidades de comunicação não violenta para uma educação mais justa e inclusiva. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v.37, n.103, p.275-292, 2016.
MOLL, J. et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. Cap. 1, p. 25-41.
MARQUES et al.: O *bullying* e os danos à saúde mental. Temas em Saúde. João Pessoa, v.19, n. 04, p. 290 – 321, 2019. ISSN 2447-2131. Disponível em: http://temasemsaude.com/wpcontent/uploads/2019/09/19418.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.
MARTINOT, Annegret F.; FIEDLER, A. J. C. B. do Prado. A importância da CNV - Comunicação não violenta na realização do processo de autoconhecimento. Revista Educação, Guarulhos, v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/2174. Acesso em: 22 set. 2023.
OLWEUS, Dan. *Aggression in the school: Bullies and Whipping Boys.* Washington, D.C.: Hemisphere, 1978.
OLWEUS, Dan. *School bullying: development and some important challenges. Annual Review of Clinical Psychology*, Palo Alto, v. 9, n. 1, p. 751-780, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-050212-185516. Acesso em: 10 set. 2023.
PIGOZI, P.L.; MACHADO, A.L. Bullying na adolescência: visão panorâmica no Brasil. Ciência e Saúde Coletiva, v.20, n. 11, p. 3509-3522, 2015.
RAMOS, M. Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J. et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, p. 42-58, 2010.
RISTUM, M. O Conceito de Violência de Professoras do Ensino Fundamental. 397 p. 2001. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2001.
ROSENBERG, M. B. Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.
ROSENBERG, M. B. A linguagem da paz em um mundo de conflitos. São Paulo: Palas Athena, 2019.
SILVA, A. M.; BORGES, L. M. *Bullying*: consequências para a vítima, o agressor e os observadores. Revista Psicologia Escolar e Educacional, 22(1), 45-52, 2018.
THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.